

* CODIGOS *	DESIGNAÇÃO	IMPORTANCIAS EM EUROS	
		POR SUBAGUPAMENTOS	POR AGRUPAMENTOS
* 04.06 *	SEGURANCA SOCIAL	91 910 000	
* 04.01 *	E		
* 04.02 *	E		
* 04.07 *	OUTROS SECTORES	5 938 708 563	12 426 412 247
* 04.09 *	A		
* 05.00 *	SUBSIDIOS		1 567 930 697
* 06.00 *	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		212 219 391
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		23 864 610 303
	DESPESAS DE CAPITAL		
* 07.00 *	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL		1 566 899 547
* 08.00 *	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL:		
* 08.03 *	ADMINISTRACAO CENTRAL	389 361 988	
* 08.04 *	ADMINISTRACAO REGIONAL	66 949 379	
* 08.05 *	ADMINISTRACAO LOCAL	259 813 639	
* 08.06 *	SEGURANCA SOCIAL	744 164 655	
* 08.01 *	E		
* 08.02 *	E		
* 08.07 *	OUTROS SECTORES	1 364 982 768	2 825 272 429
* 08.09 *	A		
* 09.00 *	ACTIVOS FINANCEIROS		2 512 499 610
* 10.00 *	PASSIVOS FINANCEIROS		1 794 062 381
* 11.00 *	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		211 551 187
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		8 910 285 154
	T O T A L		32 774 895 457

Fonte: MF/DGO.

Direcção de Serviços do Orçamento, da Direcção-Geral do Orçamento, 10 de Outubro de 2003. — A Directora, *Maria Fernanda Barreiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Portaria n.º 1238/2003

de 29 de Outubro

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, por força do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, o seguinte:

1.º Os factores de correcção extraordinária das rendas referidas no artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, actualizados nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da mesma lei pela aplicação do coeficiente de 1,037 fixado pelo aviso n.º 10 280/2003, de 3 de Outubro, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de

2003, são os constantes da tabela I anexa à presente portaria.

2.º Os factores acumulados a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, e resultantes da correcção extraordinária nos 19 primeiros anos — 1986 a 2004 — são os constantes da tabela II.

3.º Os factores a aplicar no ano civil de 2004 nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, são os constantes da tabela III.

4.º Os factores referidos no número anterior podem ser aplicados a partir de Janeiro de 2004, cumpridas que sejam as formalidades previstas no artigo único do Decreto-Lei n.º 9/88, de 15 de Janeiro.

Em 15 de Outubro de 2003.

Pela Ministra de Estado e das Finanças, *Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho*, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, *Maria do Rosário Cardoso Aguas*, Secretária do Estado da Habitação.

TABELA I

Tabela a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, actualizada nos termos do n.º 1 do artigo 12.º pela aplicação do coeficiente de 1,037 fixado no aviso n.º 10 280/2003, de 3 de Outubro

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
Antes de 1955	17,50	19,24	20,96	22,68	9,38
De 1955 a 1959	16,10	17,50	18,98	20,36	
1960	15	16,23	17,45	17,45	
1961	13,19	14,03	14,89	15,78	
1962	12,44	13,19	13,88	14,59	
1963	12,42	13,17	13,84	14,53	
1964	11,71	12,09	12,85	13,36	
1965	10,69	11,08	11,49	11,94	
1966	9,23	9,45	9,68	9,86	
1967	8,57				
1968	8,03				
1969	7,92				
1970	7,15				
1971	7,08				
1972	6,76				
1973	6,26				
1974	5,70				
1975	4,44				
1976	3,94				
1977	3,53				3,53
1978	3,42				
1979	3,25				

TABELA II

Factores acumulados resultantes da correcção extraordinária dos 19 primeiros anos (1986 a 2004)

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios	
	Municípios de Lisboa e Porto					
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador		
Antes de 1960	13,54	14,84	15,92	17,22	9,04	
1960	12,70	13,78	14,84	15,92		
1961	11,21	11,83	12,73	13,38		
1962	10,75	11,21	11,83	12,48		
1963	10,75	11,21	11,83	12,48		
1964	10,10	10,75	11,21	11,61		
1965	9,69	9,91	10,34	10,75		
1966	8,39	8,61	8,83	9,04		
1967	8,18					9,04
1968	7,77					
1969	7,77					
1970	7,15					
1971	7,08					
1972	6,76					
1973	6,26					
1974	5,70					
1975	4,44					
1976	3,94					

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
1977	3,53				3,53
1978	3,42				3,42
1979	3,25				3,25

TABELA III

**Factores de correcção extraordinária a aplicar a partir de Janeiro de 2004, nos termos do n.º 4 do artigo 12.º
da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro**

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
Antes de 1970	1,055 5				1,055 5
De 1970 a 1972	1,037				1,055 5
De 1973 a 1979	1,037				1,037

**MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS E DAS
CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AM-
BIENTE.**

Portaria n.º 1239/2003

de 29 de Outubro

Pela Portaria n.º 615-XI/91, de 8 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 667-A7/93 e 87/97, respectivamente de 14 de Julho e 4 de Fevereiro, foi concessionada à AVICAÇA — Sociedade Turística de Fomento Cinagético, L.ª, a zona de caça turística do Zambujal (processo n.º 744-DGF), situada no município de Palmela, com a área de 3857,0442 ha, válida até 8 de Julho de 2003.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no n.º 8 do artigo 44.º, em articulação com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º e no n.º 2 do artigo 114.º, do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro, e ainda de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do n.º 5.º da Portaria n.º 1391/2002, de 25 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 12 anos, a concessão da zona de caça turística do Zambujal (processo n.º 744-DGF), abrangendo o prédio rústico denominado «Herdade do Zambujal», sito na freguesia de Marateca, município de Palmela, com a área de 3261,86 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A Direcção-Geral do Turismo emitiu, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do citado diploma, parecer favorável condicionado à verificação da conformidade da obra com o projecto aprovado em 15 de Janeiro de 2002 e ao envio do certificado de inspecção

comprovativo do cumprimento dos requisitos técnicos das instalações de gás e do estado de conservação dos respectivos aparelhos.

3.º É revogada a Portaria n.º 590/2003, de 17 de Julho.

4.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 9 de Julho de 2003.

Pelo Ministro da Economia, *Luís Manuel Miguel Correia da Silva*, Secretário de Estado do Turismo, em 10 de Outubro de 2003. — Pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 9 de Outubro de 2003. — Pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, *Joaquim Paulo Taveira de Sousa*, Secretário de Estado do Ordenamento de Território, em 14 de Outubro de 2003.

